

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.813.869 - RS (2019/0134225-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **TERESA CRISTINA FERNANDES MOESCH - RS008227**
: **LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA - RS074531A**
RECORRIDO : **DANILO LOPES GONCALVES**
ADVOGADOS : **THIAGO ROBERTO GEBERT GARCIA - RS079917**
: **EDUARDO MACALLI DA SILVA - RS083063**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pela Vigésima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (e-STJ, fl. 161):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. TELEFONIA. OI S.A. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ.

Realizado o depósito judicial antes de 21/06/2016, ainda não havendo trânsito em julgado do incidente de impugnação à fase de cumprimento de sentença, não há falar em levantamento de valores pela recorrida.

No entanto, considerando-se a data do depósito e o teor das decisões proferidas nos autos da ação de recuperação judicial da agravada, cabível o levantamento do valor incontroverso pela parte autora. Precedentes deste Tribunal.

Deram provimento ao agravo de instrumento.

Unânime.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 267-271).

Nas razões do recurso especial, a insurgente alega violação aos arts. 1.022 do CPC; 49 e 59 da Lei n. 11.101/2005.

Superior Tribunal de Justiça

Aduz, preliminarmente, negativa de prestação jurisdicional, fundada em omissão, pelo acórdão recorrido.

No mérito, sustenta, em síntese, que "o crédito em discussão se sujeita ao Plano de Recuperação Judicial, sendo o Juízo Empresarial competente para prática de atos de constrição" (e-STJ, fl. 295).

Busca, ainda, o reconhecimento da "concursalidade do crédito da parte autora/Recorrida e a consequente liberação do valor bloqueado integralmente à recorrente" (e-STJ, fl. 295).

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 304).

O Tribunal de origem admitiu o processamento do recurso especial, ascendendo os autos a esta Corte (e-STJ, fls. 315-320).

Brevemente relatado, decido.

No que concerne à alegada omissão, de fato não houve análise das determinações estabelecidas pelo Juízo da Recuperação Judicial.

Assim, revela-se caracterizada a violação do art. 1.022 do CPC/2015, impondo-se a complementação do acórdão recorrido.

As demais questões ficam prejudicadas.

Diante do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial a fim de, reconhecendo a violação do art. 1.022 do CPC/2015, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para que julgue a questão suscitada nos aclaratórios como entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 04 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator